RESUMO

A educação pública no Brasil tem sido historicamente um campo de desafios e contradições. Embora os avanços legais e normativos visem garantir uma educação de qualidade, a realidade das escolas públicas, especialmente em um estado tão complexo como São Paulo, revela um cenário de desigualdades e dificuldades estruturais que impedem a implementação plena das diretrizes educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), rompida em 2017, são dois marcos importantes no campo educacional brasileiro. A LDB definiu as normas gerais para o sistema educacional, enquanto a BNCC apresentou uma diretriz curricular unificada para a educação básica, com a finalidade de garantir um ensino mais equitativo e de qualidade. No entanto, há uma distância específica entre as diretrizes por essas normativas e a realidade vivenciada nas escolas públicas do estado de São Paulo. Este artigo busca analisar as dificuldades que separam essas políticas educacionais da prática diária nas escolas, considerando os fatores sociais, estruturais e pedagógicos.
PALAVRAS-CHAVE: Escolas públicas e realidade; Leis educacionais; Realidade da escola pública em São Paulo.

1. Introdução

A educação pública no Brasil sobrevive historicamente, em meio a desafios e contradições. Apesar dos avanços legais e normativos visam garantir uma educação para todos, com princípios como de equidade, inclusão e qualidade, a realidade vivida e presenciada nas escolas públicas, especialmente em um estado tão complexo como São Paulo, revela um cenário de desigualdades e dificuldades estruturais que impedem a implementação plena das diretrizes educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, são dois marcos importantes no campo educacional brasileiro. A LDB definiu as normas gerais para o sistema educacional, estabelecendo princípios fundamentais para a educação básica e superior, como a garantia de acesso e permanência dos alunos na escola. Já a BNCC apresentou uma diretriz curricular unificada para a educação básica, com a finalidade de garantir um ensino mais equitativo e de qualidade em todo o país, buscando minimizar disparidades regionais e sociais no aprendizado.

No entanto, há uma distância significativa entre as diretrizes estabelecidas por essas normativas e a realidade vivenciada nas escolas públicas do estado de São Paulo. Apesar dos esforços para a padronização curricular e melhoria da qualidade do ensino, diversos fatores dificultam a implementação plena dessas políticas educacionais. Entre os principais desafios enfrentados estão a infraestrutura precária das escolas, a falta de recursos didáticos adequados, a formação insuficiente de professores e a sobrecarga de trabalho docente. Muitas escolas enfrentam problemas como salas de aula superlotadas, falta de equipamentos tecnológicos, deficiências na manutenção dos prédios e escassez de materiais pedagógicos, fatores que comprometem diretamente a qualidade do ensino oferecido aos estudantes.

Além das questões estruturais, aspectos sociais e pedagógicos também contribuem para a distância entre a teoria e a prática na educação pública paulista. O contexto socioeconômico dos alunos influencia diretamente seu desempenho acadêmico, uma vez que muitos enfrentam dificuldades como a falta de apoio familiar, a necessidade de trabalhar desde cedo e a vulnerabilidade social. Esses fatores impactam sua capacidade de concentração e aprendizado, tornando ainda mais desafiador o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela BNCC.

No campo pedagógico, os professores lidam com a necessidade de adaptar as diretrizes curriculares a uma realidade de ensino heterogênea, muitas vezes sem o suporte necessário para isso. A formação docente, em-

bora tenha avançado nas últimas décadas, ainda apresenta lacunas, especialmente no que diz respeito à capacitação contínua e ao preparo para lidar com os desafios específicos de uma sala de aula diversa e com múltiplas demandas. A falta de valorização profissional, representada por baixos salários e condições de trabalho desafiadoras, também afeta a motivação e o engajamento dos educadores, repercutindo na qualidade do ensino.

2. O Desenrolar do assunto:

2.1 A EXPECTATIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao estabelecer os princípios e fins da educação brasileira, propõe uma educação pautada nos valores da inclusão, da democratização do ensino e do acesso universal ao conhecimento. Seu objetivo central é garantir o direito à educação básica a todos os cidadãos, promovendo o desenvolvimento integral do estudante e contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, crítica e participativa. Nesse sentido, a LDB reconhece a educação como um direito fundamental e um dever do Estado, atribuindo à escola a responsabilidade de assegurar condições adequadas para que todos os alunos possam aprender, respeitando suas diferenças e necessidades individuais.

Complementarmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como um instrumento normativo que visa organizar e orientar os conteúdos, competências e habilidades essenciais a serem desenvolvidos ao longo da educação básica. Seu propósito é assegurar que todos os estudantes, independentemente da região em que estejam inseridos, tenham acesso a um currículo comum, capaz de garantir equidade educacional e a formação integral do sujeito. Ao estabelecer aprendizagens essenciais, a BNCC busca reduzir desigualdades históricas e promover maior qualidade e coerência no ensino oferecido em todo o território nacional.

2.2 A REALIDADE:

Entretanto, apesar dos avanços normativos representados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observa-se um expressivo distanciamento entre o que está previsto nos documentos oficiais e a realidade vivenciada cotidianamente nas escolas públicas. Embora tais normativas estabeleçam princípios voltados à equidade, à qualidade do ensino e à garantia do direito à aprendizagem, sua efetivação esbarra em uma série de entraves estruturais, administrativos e pedagógicos que comprometem o alcance desses objetivos.

A precariedade da infraestrutura escolar constitui um dos principais obstáculos à implementação das políticas educacionais. Muitas escolas públicas funcionam em prédios deteriorados, com salas de aula inadequadas, falta de ventilação, iluminação precária e ausência de espaços pedagógicos essenciais, como bibliotecas, laboratórios, salas de recursos multifuncionais e áreas de convivência. Essas condições comprometem não apenas o processo de ensino-aprendizagem, mas também o bem-estar físico e emocional de alunos e professores, interferindo diretamente no desempenho escolar.

Além disso, a insuficiência de recursos tecnológicos limita a aplicação de metodologias inovadoras previstas pela BNCC, que enfatiza o uso das tecnologias digitais como ferramentas de aprendizagem e desenvolvimento de competências contemporâneas. Em muitas unidades escolares, o acesso à internet é instável ou inexistente, os equipamentos são obsoletos ou insuficientes, e os professores não dispõem de formação adequada para utilizar esses recursos de maneira pedagógica. Tal cenário evidencia uma contradição entre o discurso da modernização educacional e as condições reais oferecidas às escolas públicas.

Outro fator preocupante refere-se à superlotação das salas de aula, realidade comum em diversas redes de ensino. Turmas numerosas dificultam o acompanhamento individualizado dos estudantes, inviabilizam práticas pedagógicas diferenciadas e comprometem o atendimento às necessidades específicas dos alunos, especialmente daqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessitam de apoio especializado. Nesse contexto, torna-se desafia-

dor desenvolver ações inclusivas,

promover intervenções pedagógicas personalizadas e garantir a participação efetiva de todos os estudantes no processo educativo.

A soma desses fatores contribui para a manutenção das desigualdades educacionais e evidencia que a simples existência de legislações e diretrizes curriculares não é suficiente para assegurar uma educação de qualidade. É imprescindível que haja investimentos contínuos, planejamento estratégico e compromisso político com a melhoria das condições estruturais das escolas. Somente por meio da articulação entre políticas públicas eficazes, valorização dos profissionais da educação e garantia de recursos adequados será possível transformar as propostas da LDB e da BNCC em práticas concretas, capazes de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e socialmente justa.

Além disso, a escassez de materiais didáticos atualizados e a limitada oferta de recursos tecnológicos representam entraves importantes para a efetivação de um ensino alinhado às propostas da BNCC, que pressupõe o uso de metodologias diversificadas e o desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento crítico, à cultura digital e à autonomia do estudante. A ausência de investimentos contínuos e adequados agrava ainda mais esse cenário, comprometendo a qualidade do ensino e ampliando as desigualdades educacionais, sobretudo nas regiões mais vulneráveis.

Outro fator que merece destaque é a sobrecarga enfrentada pelos profissionais da educação, que atuam cotidianamente em contextos marcados por múltiplas exigências e escasso apoio institucional. Professores e demais profissionais da escola são constantemente demandados a desempenhar funções que extrapolam o âmbito pedagógico, como o acompanhamento de questões sociais, emocionais e familiares dos alunos, sem que, para isso, disponham de formação específica ou suporte adequado. Essa realidade contribui para o desgaste profissional, para o aumento dos índices de estresse e adoecimento docente, além de impactar negativamente a qualidade do ensino ofertado.

A ausência ou insuficiência de programas efetivos de formação continuada constitui um dos principais entraves à implementação de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Embora a legislação educacional destaque a importância da capacitação permanente dos docentes, na prática, muitos profissionais não têm acesso a cursos que dialoguem com as demandas reais da sala de aula, especialmente no que se refere à educação inclusiva, ao atendimento à diversidade e ao uso de metodologias ativas. Essa lacuna formativa dificulta a apropriação das diretrizes da BNCC e limita a adoção de estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes.

Além disso, as condições precárias de trabalho — como baixos salários, jornadas extensas, turmas superlotadas e falta de recursos pedagógicos — comprometem o desempenho docente e desestimulam a inovação pedagógica. Em tais circunstâncias, o professor tende a recorrer a práticas tradicionais, muitas vezes pouco eficazes para atender à diversidade presente na sala de aula, não por falta de compromisso, mas pela ausência de condições objetivas para planejar, executar e avaliar propostas pedagógicas diferenciadas.

Nesse contexto, torna-se evidente que a efetivação dos princípios da LDB e da BNCC não pode ser atribuída exclusivamente à atuação individual do professor. A concretização de uma educação inclusiva e de qualidade exige políticas públicas consistentes, que garantam investimentos contínuos na valorização profissional, na melhoria das condições de trabalho e na oferta de formação continuada articulada às necessidades reais da escola. Ademais, é imprescindível o fortalecimento da gestão escolar e das redes de apoio pedagógico, de modo a favorecer o trabalho colaborativo e o compartilhamento de responsabilidades.

Portanto, embora os avanços normativos representem conquistas importantes no campo educacional, sua efetividade depende, fundamentalmente, do reconhecimento do papel central do professor no processo educativo. Valorizar o profissional da educação, assegurar condições dignas de trabalho e promover políticas de formação permanente são medidas indispensáveis para que

os princípios da inclusão, da equidade e da qualidade do ensino se materializem no cotidiano escolar, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente democrática e transformadora.

Diante desse contexto, torna-se evidente que a concretização dos princípios estabelecidos pela LDB e pela BNCC exige mais do que diretrizes legais. É necessário um compromisso efetivo do poder público com a melhoria das condições materiais das escolas, a ampliação dos recursos pedagógicos e a formação contínua dos educadores. Somente assim será possível transformar os preceitos legais em práticas pedagógicas reais, garantindo uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes.

Outro fator crucial que separa as diretrizes legais da realidade escolar é a formação dos professores. De acordo com Freire (2019), a formação docente deve ser contínua e focada na atualização das práticas pedagógicas, de modo a permitir que os educadores atendam às necessidades de um currículo em constante evolução, como o proposto pela BNCC. No entanto, a realidade encontrada nas escolas públicas de São Paulo é de uma formação docente insuficiente e desatualizada. Muitos professores não têm acesso a programas de capacitação contínua que lhes permitam adaptar seus métodos de ensino às novas exigências do currículo. Além disso, a sobrecarga de trabalho, com grandes turmas e jornadas extenuantes, compromete a qualidade do ensino e a capacidade dos docentes de atenderem às necessidades de todos os alunos, especialmente em escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social.

Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, a desigualdade social exerce influência direta e profunda sobre a efetivação das políticas educacionais, especialmente no contexto das escolas públicas do município de São Paulo. Conforme destacam Mendes e Silva (2021), as desigualdades no acesso a recursos materiais, culturais e simbólicos impactam significativamente o desempenho escolar dos estudantes, ampliando as disparidades já existentes entre diferentes grupos sociais. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleçam diretrizes voltadas à promoção da equidade e à garantia de uma educação inclusiva e de qualidade, a realidade vivenciada pelas escolas situadas em regiões periféricas ainda se distancia consideravelmente desses princípios normativos.

Nas áreas socialmente mais vulneráveis, as escolas frequentemente enfrentam a escassez de recursos materiais, infraestrutura inadequada, turmas numerosas e carência de profissionais especializados, fatores que comprometem diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, muitos estudantes chegam à escola com defasagens significativas em relação às habilidades básicas de leitura, escrita e raciocínio lógico, resultado de contextos familiares marcados por pobreza, insegurança alimentar, baixa escolaridade dos responsáveis e restrito acesso a bens culturais. Essas condições dificultam a implementação de um currículo equitativo, conforme previsto pela BNCC, que pressupõe o desenvolvimento integral do estudante e a garantia de aprendizagens essenciais para todos.

Outro aspecto relevante diz respeito à ausência ou insuficiência de políticas de apoio psicossocial nas escolas públicas. A carência de equipes multidisciplinares, como psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais, limita a capacidade da escola de lidar com questões emocionais, comportamentais e sociais que interferem diretamente no desempenho acadêmico dos alunos. Em muitos casos, as dificuldades de aprendizagem estão associadas a situações de vulnerabilidade social, violência, negligência ou insegurança familiar, o que demanda intervenções que ultrapassam o âmbito exclusivamente pedagógico.

Nesse cenário, a educação personalizada e o acompanhamento individualizado, fundamentais para a promoção da equidade, tornam-se difíceis de serem efetivados. A sobrecarga dos professores, aliada à falta de formação continuada específica para lidar com a diversidade e com as demandas da educação inclusiva, contribui para a reprodução das desigualdades no interior da própria escola. Assim, apesar dos avanços legais e normativos, observa-se um distanciamento entre o que é proposto nos docu-

mentos oficiais e o que, de fato, se concretiza no cotidiano escolar.
Dessa forma, torna-se evidente que a superação das desigualdades educacionais exige ações que extrapolem o âmbito da escola, envolvendo políticas públicas integradas nas áreas de assistência social, saúde, cultura e educação. A promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa depende do fortalecimento das redes de apoio, do investimento contínuo na formação docente e da garantia de condições materiais adequadas para o funcionamento das escolas. Somente por meio de uma atuação articulada entre Estado, escola e sociedade será possível reduzir as desigualdades históricas e assegurar que os princípios da LDB e da BNCC se concretizem de maneira efetiva na realidade das escolas públicas paulistas.

3. Conclusão:

Diante desse cenário, podemos concluir que no Brasil, apesar de leis educacionais como a LDB, BNCC, assim como o PNE, que buscam, ao estabelecer os princípios e fins da educação nacional, garantir uma educação mais inclusiva; o acesso à educação básica; a busca da formação integral dos estudantes; garantia de conteúdos e habilidades essenciais que devem ser ensinados nas diversas etapas da educação básica; acesso a um currículo de qualidade; equidade e inclusão nas escolas de ensino regular; garantia para acesso e permanência nas escolas; tudo isso priorizando a construção de uma sociedade mais justa, ainda assim, uma realidade diferente é observada nas escolas públicas, onde a implementação dessas diretrizes enfrenta obstáculos significativos. A precariedade da infraestrutura escolar, a falta de recursos pedagógicos e a carência de investimentos adequados limitam a efetividade das políticas educacionais. Salas de aula superlotadas, ausência de materiais didáticos atualizados e dificuldades no acesso a tecnologias são problemas recorrentes que impedem que a BNCC e a LDB cumpram seu propósito na prática cotidiana.
Outro fator crucial que separa as diretrizes legais da realidade escolar é a formação dos professores e profissionais da educação, diante das necessidades de um currículo em constante evolução, como o proposto pela BNCC. No entanto, a realidade encontrada nas escolas públicas de São Paulo é de uma formação docente e para os profissionais da educação, insuficiente e desatualizada. Muitos professores, e grupos de trabalhadores da educação, não têm acesso a programas de capacitação continuada que lhes permitam adaptar seus métodos de ensino às novas exigências do currículo. Além disso, a sobrecarga de trabalho, com grandes turmas e jornadas extenuantes, comprometem a qualidade do ensino e a capacidade dos docentes de atenderem às necessidades de todos os alunos, especialmente em escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social.
Além das dificuldades estruturais e pedagógicas, a desigualdade social desempenha um papel fundamental na discrepância entre as normas legais e a realidade nas escolas públicas de São Paulo. Como apontam Mendes e Silva (2021), a desigualdade no acesso a recursos e o impacto de fatores socioeconômicos no desempenho escolar são desafios persistentes. Embora a LDB e a BNCC prevejam uma educação mais inclusiva e direcionada para a superação das desigualdades, as escolas situadas em regiões periféricas de São Paulo enfrentam uma realidade muito distante dessas metas. Muitos alunos, provenientes de famílias de baixa renda, chegam à escola com sérias defasagens de aprendizagem, o que dificulta a implementação de um currículo uniforme e equitativo, como preconizado pela BNCC. A falta de apoio psicossocial e de uma educação mais personalizada também contribui para a perpetuação das desigualdades no sistema educacional.
Diante desse cenário, é fundamental que as políticas educacionais sejam acompanhadas por ações efetivas que viabilizem sua implementação concreta. Investimentos em infraestrutura escolar, programas de formação continuada para docentes, maior financiamento para materiais didáticos e estratégias para reduzir a desigualdade social entre os alunos são medidas essenciais para que a educação pública em São Paulo e no Brasil alcance os objetivos estabelecidos pelas normativas educacionais. Apenas por meio de uma abordagem integrada e comprome-

tida será possível garantir que a educação seja, de fato, um direito acessível e de qualidade para todos.

Para que as diretrizes estabelecidas pela LDB e pela BNCC se tornem efetivas, é imprescindível que o Estado invista de maneira contínua na melhoria das condições estruturais das escolas, no aprimoramento da formação docente e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades socioeconômicas. Além disso, é necessário que a sociedade civil e organizações não governamentais também participem ativamente na construção de um sistema educacional mais equitativo, colaborando com projetos que promovam inclusão digital, acesso a material didático e suporte psicossocial para alunos e professores.

A valorização do professor deve ser prioridade, com melhores condições de trabalho, salários compatíveis com a importância da profissão e oportunidades de capacitação contínua. Além disso, é essencial investir em metodologias inovadoras que tornem o ensino mais dinâmico e atrativo para os estudantes, garantindo que o aprendizado ocorra de maneira significativa. A adoção de novas tecnologias, a flexibilização curricular para atender às demandas de diferentes contextos e a criação de programas de acompanhamento individualizado para alunos em situação de vulnerabilidade são algumas estratégias que podem contribuir para a transformação da educação pública no país.

Somente com esforços conjuntos entre governo, sociedade e comunidade escolar será possível construir uma educação pública efetivamente eficiente, capaz de oferecer oportunidades iguais para todos os estudantes e de transformar a realidade social do Brasil. A educação de qualidade é um direito e, ao mesmo tempo, um investimento e instrumento essencial para a construção de um país mais justo e verdadeiramente desenvolvido.

4. Referências Bibliográficas:

COSTA, A. Ambientes de Aprendizagem e Inclusão Escolar. São Paulo: Editora Educação, 2020.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MENDES, C.; SILVA, R. Educação e Desigualdade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 15 mar. 2025.